

Museus e ações educativas frente às novas tecnologias

*Museums, educational actions in the
face of new technologies*

Ironita Policarpo Machado*

Resumo: Atualmente, a cibercultura é uma realidade irreversível. Pensar as novas tecnologias, nas perspectivas histórica, social e educacional implica debater a questão da memória, do patrimônio e, neste ensaio, da Educação Museal, problematizando as possibilidades e os limites dessas ações educativas.

Abstract: Nowadays cyber culture is an irreversible reality. Thinking of new technologies from historical, social and educational perspectives, implies debating issues of memory, heritage and, in this essay, museum education, questioning the possibilities and limitations of such educational actions.

Palavras-chave: Cibercultura. História. Ação educativa em museus.

Keywords: Cyber culture. History. Educational action in museums.

Algumas palavras sobre as motivações à escrita deste ensaio intitulado “Museus e ações educativas frente às novas tecnologias”: entre nossas práticas de desenvolvimento de projetos que integralizam ensino, pesquisa e extensão em História, destacou-se, em 2014, o projeto “Rede de Memória”. O referido projeto teve por objetivo socializar conhecimentos patrimoniais e históricos, locais e regionais, contemplando elementos constitutivos da memória, do patrimônio, da História das comunidades

* Pós-Doutora em História, na área de Economia e Sociedade na passagem à modernidade, pela Universidade Federal Fluminense (UFF)/RJ. Doutora em História, na área de História das Sociedades Ibéricas e Americanas, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC). Professora no curso de Graduação e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF)/RS. *E-mail:* iropm@upf.br.

de Passo Fundo. É fruto de registros de memórias orais, escritos e iconográficos, com base numa ampla pesquisa bibliográfica e de campo que já havia sido desenvolvida em parceria com seis escolas municipais de Ensino Fundamental passo-fundenses. Durante o desenvolvimento do projeto, as escolas elaboraram seus próprios projetos articulados ao currículo escolar e a patrimônios comunitários, com a participação efetiva da comunidade.

A culminância das atividades de Educação Patrimonial foi uma exposição interativa com produtos de ações comunitárias, no Museu Histórico Regional de Passo Fundo (MHR-PF), a qual levou o nome de “Rede de Memórias”, aberta ao público de 6 de agosto a 26 de outubro de 2014. Em razão dessa exposição, nesse período, o museu recebeu 1.893 visitantes, número significativo se comparado a outras exposições no mesmo ano. Até aqui, nada de inédito. O que deu ineditismo à exposição foram dois fatores: o primeiro – as comunidades onde as escolas estavam inseridas vieram visitar a exposição *in loco*, sendo que a maioria desses sujeitos nunca tinha visitado o MHR-PF; o segundo – eles foram fotografados durante a visita (as fotografias posteriormente foram colocadas no espaço da exposição) e gravavam depoimentos referentes à história da comunidade, a memórias pessoais ligada à cidade e ao seu patrimônio e assistiam às gravações das outras comunidades. Isso fez com que alguns visitantes viessem mais de uma vez para assistir às gravações e apreciar as fotos. Daí nasceram reflexões sobre museus, ações educativas diante das novas tecnologias.

Pensar nas novas tecnologias e nas ações educativas nos espaços museais é pensar no desafio de um projeto de museologia, nas perspectivas histórica, memorial e patrimonial em face da cibercultura. Primeiramente, significa reconhecer que as tecnologias que estão no centro da dinâmica social de cada época, como produto sociocultural, transformam profundamente nossa noção de tempo e espaço, bem como a percepção e projeção de mundo; posteriormente, refletir sobre qual é seu papel em ações educativas, nos espaços museais.

Recuando no tempo, visualizamos as origens dos museus em tempos longínquos. Reconhece-se que o primeiro museu foi a Biblioteca de Alexandria. Daquele tempo até a atualidade, foram muitas as mudanças e, em vista disso, não podemos fazer uma relação com o modelo atual de museu. Mas é inegável que, desde então, o museu é uma forma de se preservar a história e a cultura através de objetos e de seus simbolismos.

No seu início, o museu não tinha o fator social que tem hoje, mas uma forma de preservar objetos e fragmentos de sua história; história que se modifica a partir do século XX, criando-se a ideia de que o museu é um produtor de conhecimento, preservador da cultura e, também, um modo de entretenimento à sociedade. Transformaram-se em espaços em que os objetos e, conseqüentemente, sua expografia, configuram-se numa relevância sociocultural, fazendo parte de um contexto. Portanto, atualmente, os museus estão comprometidos com o futuro de cada sociedade, possibilitando o estudo do passado de maneira clara, interessante e compreensiva.

Em diversas perspectivas, o homem tenta produzir, ao longo de sua história, de modo específico, no espaço museal, uma representação do seu passado, através de objetos conservados, sendo essa sobrevivência do objeto a garantia de preservação da memória. E, paralelamente a isso, o homem descobriu que, por meio do objeto, ele poderia estabelecer uma linguagem composta de signos e símbolos. Em sendo assim, o museu tem a função de preservar e difundir a memória. Com essa fase do objeto, o homem passou por várias etapas, para que pudesse chegar até a escrita, como meio de preservação de sua história.

Os objetos não devem ser vistos simplesmente pelo seu fator direto, mas pelas informações associadas a ele. Com isso, o homem passa de geração a geração tudo que pode, criando um sentido social e transformando as experiências em patrimônio, as ideias em herança, e os acontecimentos em tradição.

Foi a partir da civilização grega que se firmou o fenômeno de colecionar, surgindo, assim, as primeiras pinacotecas que não resistiram ao tempo, permanecendo somente sua história. O Helenismo teve papel fundamental para estimular o gosto pela arte e solidificar a ideia de colecionar. Esse período foi importante também porque os troféus de guerra do Exército eram obras de arte, principalmente as esculturas, e isso aumentou o fator de coleção das peças, difundindo-se a outras regiões. Já com o advento do Cristianismo, a ética artística serviria à finalidade de realizar uma educação moral. Fugindo dessa ideia de arte, enquadrava-se como fora dos padrões cristãos.

Entre o período medievo – destacando-se as abadias, igrejas e ordens religiosas, que organizavam suas coleções tendo como objetivo guardar sua história e seu patrimônio (considerados sagrados), especialmente o tesouro dos papas que ficava no Museu do Vaticano – e o moderno, com

o comércio de arte, floresceu e se intensificou o surgimento de inúmeros colecionadores, cabendo à França o privilégio de iniciar uma campanha para reunir, em um mesmo local, obras de arte espalhadas em palácios. Assim, foi criado o Museu do Louvre, em 10 de agosto de 1793, a partir do qual ocorreram mudanças de mentalidade no trabalho com as coleções, passando a ideia de que o museu trabalharia melhor com esse acervo.

O que se constata é a mudança na percepção e conceituação de objeto, de coleção e acervo ante as novas tecnologias, próprias de cada período histórico, mas permanecendo a essência da intenção: o registro da memória que poderá contribuir à feitura do mosaico histórico. Nesse contexto, podemos definir como acervo um conjunto de objetos e/ou espécimes que constituem a coleção ou as coleções de um museu. Os objetos marcam uma premissa básica do contato entre o indivíduo e o mundo. Todos os objetos que compõem o acervo de um museu devem ser “questionados”, para que a história ligada a ele seja desvendada.

Os museus são criados a partir de coleções que contêm pinturas, esculturas, tapeçarias, móveis, vestimentas, enfim, objetos das mais diferentes áreas, inclusive ligados à ecologia, à botânica e à geologia. Muitos museus destinam-se, atualmente, a contar a história local ou regional, representando-a através de objetos que carregam consigo considerável relevância histórica.

É importante ressaltar que qualquer tipo de coleção deve ter um sentido, uma história que inclua sua origem, sua razão de existência e sua função. Seguindo essa prerrogativa, as ações dos museólogos devem entrar no universo das coisas e, é claro, é preciso que se estabeleçam “políticas de preservação”, para que o acervo possa resistir ao tempo, bem como promover ações educativas que deem significação aos signos e aos seus significantes.

Nesse processo histórico, atualmente, se desenha um projeto de museologia, nas perspectivas histórica, memorial e patrimonial. Esse projeto se desenvolve através do estabelecimento de políticas de preservação e de ação educativa, cuja necessidade fundamental é preservar todo tipo de patrimônio sob a guarda de arquivos, bibliotecas e museus. Essa preservação abrange o gerenciamento, que inclui, em seus programas, todos os aspectos e todas as fases de tratamento do acervo com ênfase em questões de pessoal, técnicas e de processos adequados à conservação e à restauração.

Preservar a integridade física original, visando a deixá-la a mais intacta e utilizável possível, é uma das principais metas a serem consideradas. A conscientização para a preservação patrimonial trouxe medidas para o estabelecimento de sistemas de gestão de qualidade decorrentes de uma série de fatores no domínio da preservação, visando a realizar projetos de proteção da memória. Aqui reside a essência do papel dos museus, entre outros espaços e iniciativas, na contemporaneidade, a *Memória*.

A memória está sendo entendida como um conjunto de funções psíquicas que fazem intervir na ordenação dos vestígios (informações) e também na releitura desses vestígios em cada situação histórico-social. A memória teria a “propriedade de conservar certas informações [...] graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1994, p. 419), e que, portanto, produz os elementos de identidade dos grupos humanos, constituindo-se em patrimônio das sociedades.

Interessa-nos, sobretudo, os elementos definidos como memória – individual ou coletiva – que se constituem a partir de experiências vividas, mantendo uma linha de continuidade temporal com o presente através da História. O conceito de memória coletiva desenvolvido por Maurice Halbwachs (2004) pode orientar nos estudos da memória de um grupo. Para esse autor, toda memória funda-se em identidades de grupo; nossas lembranças vinculam-se a experiências numa vida em grupo – família, vizinhos, fábrica, escola, etc. Todo o social está inscrito na memória individual e vice-versa. A memória é entendida como construção social. Nesse sentido, entendemos que o trabalho com comunidades estimulará esse processo de *relembrar em conjunto*, fortalecendo os laços entre indivíduos das comunidades próximas e entre os de comunidades distantes.

Para Ricoeur (2013) a relação existente entre memória individual e memória coletiva se dá através da narrativa. Construída sobre experiências vividas, a memória funda-se na linguagem. É a linguagem cotidiana – com todas as suas nuances – que permite aos grupos exteriorizar a memória em forma de narrativa. Ela se torna, assim, a portadora de memória, fortalecida através de narrativas coletivas. Nesse aspecto, entendemos que a memória contada oralmente por membros das comunidades adquire um sentido específico, tornando cada membro sujeito de sua própria história.

Memória e narrativa da memória, nesta reflexão, relacionam-se diretamente à questão da identidade, entendida como processo transformador da sociedade e dos sujeitos, sendo, historicamente, construída. Entendemos que a identidade tem um caráter contínuo e permanente, mas mutável, plural e singular. Daí a importância da incorporação da comunidade e da família nos processos educativos, sejam eles culturais, sejam eles históricos.

Na mesma linha, compreendemos o Patrimônio Cultural brasileiro como o conjunto de todos os bens materiais ou imateriais, considerados elementos de identidade, que são: formas de expressão; modos de fazer e viver; criações científicas, artísticas e tecnológicas; obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações artístico-culturais; conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 216, 1998). E, com base nessa compreensão, o museu tem compromisso com a comunidade, atentando aos aspectos culturais e identitários da sua região de abrangência.

Essas questões inserem-se nas propostas atuais de educação, que buscam estudar a realidade histórico-cultural-regional, bem como utilizar fontes primárias na escola, entre as quais a utilização e a visita a arquivos, museus e outros espaços de memória. Nesse sentido, embora a ideia de patrimônio seja bastante difusa, é pertinente lembrar que o patrimônio consiste em várias coisas consagradas e que têm grande valor para pessoas, comunidades ou nações, bem como para a humanidade. Em outras palavras, a ideia de patrimônio remete à riqueza construída e transmitida, como legado que influencia no modo de ser e na identidade dos indivíduos e grupos sociais.

Portanto, memória é parte integrante de nossa existência e contribui, de maneira determinante, para preservar a identidade cultural. Os acervos dos museus constituem uma parte substancial dessa memória. Segundo Santos (2000), destacam-se alguns pontos que uma política básica de observação deve considerar: facilitar a preservação por meio de técnicas apropriadas; permitir acesso a todo tipo de acervo, levando em conta as técnicas de preservação; disseminar informações (as mais completas possíveis), sobre a existência de acervos; e promover a divulgação dos acervos por meio de produtos, assegurando ampla divulgação.

Memória e narrativa da memória, para esta reflexão, relacionam-se, diretamente, à questão da educação, que é entendida como processo transformador da sociedade e dos sujeitos, sendo, historicamente, condicionada. Entendemos que a educação não se esgota na escola, pois tem um caráter contínuo e permanente, o que justifica a importância da incorporação da comunidade e da família nos processos educativos. É nesse sentido que a educação deve considerar a memória e o patrimônio como herança cultural dos indivíduos em determinado tempo e espaço. Aqui está um dos papéis socioculturais dos museus, assim como os demais lugares de memória: espaço vivo e significativo.

Destaca-se, nesse sentido, o papel dos museus, das escolas e dos professores na valorização da diversidade cultural, inculcando nas novas gerações o respeito e a tolerância. Da mesma forma, despertar o interesse dos jovens pela História e identidade locais e regionais não só para que essas Histórias sejam conhecidas, mas para que obtenham o reconhecimento da comunidade. Nunca é demais retomar o discurso *freireano* de interação entre Educação Básica e contextos culturais, a fim de diminuir a distância entre educação escolar e cotidiano dos alunos.

Assim, aqui concebemos cultura como prática educativa para referenciar o processo pelo qual, geralmente, os indivíduos interagem com diversos e distintos grupos sociais, em tempos e lugares diferentes. No interior desse processo, efetiva-se a transmissão de *elementos culturais* aos membros mais jovens dos respectivos grupos sociais, como forma, inclusive, de perpetuá-la. Esse processo, ao qual podemos chamar de *Educação Patrimonial*, não se dá de forma exclusiva na escola, mesmo que ela seja uma instituição culturalmente construída para que certo repertório cultural se transmita.

Entre cultura e educação há, portanto, uma relação muito íntima, pois ambas tratam de perpetuar conhecimentos, crenças, hábitos, modos de vida, valores, etc. Enfim, o reconhecimento do Patrimônio Cultural, arquitetônico, artístico, ambiental, literário, etc., configura desde os bens culturais materiais até os imateriais que compõem, no conjunto, a memória social da cidade, da região ou do país.

Nessa perspectiva, cabe indagar: Em que as novas tecnologias podem contribuir para a democratização e significação dos espaços museais e das ações educativas? O ponto de partida à resposta está na origem do conceito de cibercultura.

O termo *cibercultura* tem vários sentidos, mas se pode entender como sendo a forma sociocultural que advém de uma relação de trocas entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias de base microeletrônica surgidas na década de 70, graças à convergência das telecomunicações à informática. A cibercultura é um termo utilizado na definição dos agenciamentos sociais das comunidades no espaço eletrônico virtual. Essas comunidades estão ampliando e popularizando a utilização da internet e de outras Tecnologias de Informação e Comunicação, possibilitando, uma maior aproximação entre as pessoas de todo o mundo.

De forma provisória, aqui traçamos alguns fios de reflexão. Para tal, primeiramente, é necessário reconhecer que, na cibercultura, as tecnologias digitais de rede ampliam sobremaneira a possibilidade de construção de conhecimento. Dentre as principais tecnologias que, de certa forma, impulsionaram o conhecimento, como processo inteligente que se manifesta na comunicação e se cristaliza na aprendizagem, podemos destacar a oralidade, a escrita e a informática, mais precisamente, as redes não de computadores, mas de sujeitos. (LEVY, 1993, 2009).

A oralidade e a escrita, localizadas temporal e espacialmente, no lugar dos interlocutores, são marcadas pela subjetividade da tradição e da memória. Já a informática viabiliza o rompimento das limitações no espaço-tempo e possibilita o alcance global e imediato de determinado conhecimento. Portanto, a cibercultura é um meio virtual de expressar conhecimento de uma pessoa a outra, conhecida, ou não, e elas se comunicam através dos meios virtuais como redes sociais etc.

Cibercultura é a cultura que surge a partir do uso da rede de computadores através da comunicação virtual, da indústria do entretenimento e do comércio eletrônico. É também o estudo de vários fenômenos sociais associados à internet e a outras novas formas de comunicação em rede, como as comunidades *online*, os jogos de multiusuários, os jogos sociais, as mídias sociais, a realidade aumentada, as mensagens de texto, incluindo questões relacionadas à identidade, privacidade e formação de rede.

A cibercultura também se faz presente na educação, por meio de múltiplas linguagens, múltiplos canais de comunicação e em temporalidades distintas. As interfaces da *Web*, por exemplo, permitem um contato permanente entre escola, professores, alunos e seus pares no ambiente virtual de ensino, no mesmo sentido entre os espaços museais.

Sem fronteiras para o conhecimento, os conteúdos educativos são trabalhados interativamente, na comunidade estudantil, com a possibilidade de produzir e compartilhar conhecimentos colaborativamente, com outro estudante e em qualquer parte do mundo.

A cibercultura é, portanto, a forma sociocultural que emerge da relação simbiótica entre sociedade, cultura e novas tecnologias. (LÉVY, 2009). Assim, ela é entendida como um conjunto de espaços, atitudes, rituais e costumes que as pessoas desenvolvem quando entram em contato com a tecnologia.

Ainda, as novas modalidades de comunicação e conhecimento proporcionam manifestações socioculturais contemporâneas que representem vozes anteriormente negligenciadas e/ou reprimidas, promovendo, assim, trocas de todos para todos e, com base nessa prática, constituir o conceito de rede.

De acordo com Castells (1999), redes são estruturas abertas capazes de se expandir de forma ilimitada, integrando novos nós, desde que consigam comunicar-se dentro dessa rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação.

Nessa perspectiva, são importantes algumas advertências. As gerações mais jovens têm muita afinidade com a tecnologia. Se resolvêssemos resumir o conceito de cibercultura, teríamos uma divisão da cultura contemporânea marcada pelo digital e o estudo das técnicas da que a antecedeu. Dessa forma, podemos ver uma série de reflexos da cultura *off-line* na vida *online*. Afinal de contas, a internet nada mais é do que um potencializador de comportamentos. É mais fácil observar indivíduos jovens em um meio totalmente digital, porque boa parte desses espaços tem esse apelo. Ainda assim, não se exclui a participação de pessoas mais velhas. É muito comum encontrar comunidades em redes sociais que resgatem hábitos da infância dessas pessoas; no entanto, também é percebido um deslocamento de tempo, de espaço, com suas marcas identitárias, afastando gerações.

Todo esse comportamento da cultura digital ajuda na definição de uma geração que se acostumou a fazer tudo com a ajuda da tecnologia. Mas, diante da enorme quantidade de produtos, Anne-Marie Chartier e Roger Chartier (2016, p. 8) questionam: “Como fazer a triagem, como estocar? Como construir, para jovens, um equilíbrio entre consumir imediatamente e estocar na memória?” Poderíamos, ainda, acrescentar: Como equilibrar a existência de suportes tradicionais de estocar memória,

sempre prontos para serem utilizados, mesmo sem eletricidade e aparelhos, carregados de subjetividade latente, com suportes virtuais de armazenamento?

Buscando algumas proposições a esses questionamentos, de forma muito sintética, tomaremos algumas inferências de Anne-Marie Chartier e Roger Chartier (2016) sobre as novas tecnologias. Ambos apontam às vantagens das novas tecnologias: o primeiro, ao tratar da textualidade eletrônica; e o segundo, da questão de como lidar com as novas tecnologias para a educação de crianças e jovens. Nos limites deste texto, não poderemos aprofundar tal discussão, mas nos interessam, diretamente, algumas de suas advertências relacionadas à memória, ao esquecimento e à aprendizagem.

As reações entre esquecimento, memória e aprendizagem configuram-se, historicamente, numa série de tensões, entre elas, a acumulação e rarefação. Dessa tensão, destaca-se a observação de que a condição de possibilidade da memória, como o caráter desaparecido da preservação da lembrança, seu escape à vigilância da consciência. Em outras palavras, o esquecimento de reserva evita que a memória seja paralisada pelas lembranças e fechada só na rememoração: o esquecimento como condição de pensamento, como processo de abstração. Portanto, a questão do apagamento ou do esquecimento, no contexto escolar/ações educativas, nos espaços museais, é processo inerente. No mesmo sentido, os novos gestos de leitura através das tecnologias digitais apagam gestos que tinham sido instalados pela cultura do impresso, o que afeta as operações cognitivas do ato de ler, compreender e construir conhecimento.

As trocas desiguais entre memória e esquecimento se dão entre as próteses de memória *versus* memória biológica e psicognitiva. Ou seja, as máquinas favorecem os leitores rápidos, capazes de ler corretamente e sem erros. Esse não é o caso de toda a população; as interações mais magníficas são aquelas que se dão quando os sujeitos estão reunidos num mesmo espaço. Expressar-se é uma coisa, aprender a escrever e a ler bem é outra, um processo longo e difícil. Mas é inegável: os *sites*, mesmo que seja o discurso de apenas uma fração da nova geração, viabilizam a linguagem dominada ou minoritária que, de outra forma, não têm a chance de ter acesso às editoras e a outros caminhos do conhecimento acadêmico.

Nesse ínterim, é preciso destacar que o discurso do *progresso* atinge os meios de ensino, as ações educativas e suas variáveis, mas também os saberes selecionados em vista de normas de rentabilidade. Assim, o futuro da consciência das várias culturas escritas/representadas, etc. pertence aos *digitais nativos*, que identificam, espontaneamente, cultura escrita e textualidade eletrônica. São suas práticas de leitura e de escrita de texto, contexto e significação que vão decidir a sobrevivência ou a morte dos meios culturais de cognição, o apagamento do passado ou sua presença perpetuada.

O que se pode concluir, provisoriamente, é que patrimônio tem a ver, sobretudo, com preservação da memória, tarefa primordial dos espaços museais, sem a qual uma sociedade estaria fadada à morte e à impossibilidade de manter os princípios e as práticas de identidade. Assim, as novas tecnologias, cibercultura (audiovisuais, linguagens híbridas, multimídias, memórias externas/computação, etc.), no nosso entendimento, são um meio, entre outros, à preservação, à socialização da memória e à Educação Patrimonial e não um fim em si mesmas. Ainda: os espaços museais devem ser plurais, democráticos e inclusivos.

Referências

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 ago. 2018.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHARTIER, Anne-Marie; CHARTIER, Roger. Ler e escrever, aprender e apagar – conferência a duas vozes. In: RÖSING, Tania Maria Kuchenbecker (org.). *Leitura e identidade na era da mobilidade*. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2016.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.
- LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: 34, 1993.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 2009.
- RICOEUR, Paul. *Memória, história, esquecimento*. 2013. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia. Acesso em: 16 set. 2018.
- SANTOS, Fausto Henrique dos. *Metodologia aplicada em museus*. São Paulo: Mackenzie, 2000.